

OS ELEMENTOS DO RELEVO COMO FRONTEIRAS NATURAIS NA DEFINIÇÃO DE LIMITES TERRITORIAIS

Marcio D'Arrochella¹

Resumo: O relevo é um elemento da paisagem privilegiado na geografia pelos estudos geomorfológicos. Relacionar os elementos da paisagem ao comportamento das sociedades é uma tarefa que requer muito rigor, para não se basear no determinismo da Geografia Tradicional alemã. No entanto, é perceptível que há relações diretas, não determinantes, mas complexas, na forma de uso e ocupação do solo pelas diferentes sociedades, gerando povos e nações diferentes, demarcando territórios e fronteiras. Tanto na Europa como nas ex-colônias da América, África e Ásia, limites territoriais se apoiam em elementos do relevo, seja em Estados nacionais, províncias e municípios. Tais fronteiras resultam de expansões ou retrações territoriais, algumas vezes facilitadas pela forma como se utilizou dos elementos do relevo. O presente estudo busca refletir sobre as possíveis relações entre relevo, poder e territórios nas escalas nacionais, trazendo a discussão política.

Palavras-chave: Fronteiras Naturais; Território; Política Estatal.

Abstract The topography is an element of the landscape privileged in geography by geomorphological studies. Relating landscape elements to the behavior of societies is a task that requires a great accuracy, in order to escape from the Traditional German Geography's determinism. However, it is noticeable that there are direct, non-determining, but complex connexions made by the ways of different societies used those lands, engendering different folk and nations, demarcating territories and borders. Both in Europe and in the former colonies of America, Africa and Asia, territorial boundaries are based on topography elements, whether in national states, provinces and municipalities. Such borders result from territorial expansions or retractions, sometimes facilitated by the way topographic elements were used. This essay considers the possible connexions between topography, government power and territories on national scales, bringing the political discussion.

Key-words: Natural Borders; Territory; State Policy.

¹ Prof. Dr. Marcio Luiz Gonçalves D'Arrochella- Pesquisador de Pós Doutorado em Geografia no Laboratório Espaço de Sensoriamento Remoto e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Introdução

De acordo com Ferrari (2014) a noção de fronteira natural surge na França iluminista no século XVII, tentando fugir à vaguedade de um traçado retilíneo em um mapa, dando mais rigor às definições territoriais a partir de rios, montanhas e mares. A autora também relembra que Raffestin (1993 *apud* Ferrari, 2014) explicitava, que, como resultado de uma divisão social, cultural e política, toda fronteira é de fato artificial.

Ainda assim, fugindo a uma definição administrativa ou cartográfica, é inegável que existam fronteiras naturais, seja por mares, rios e montanhas. Leal (2013) mostra essa perspectiva apresentando o termo fronteira florestal que, mais do que uma linha, se apresenta como uma barreira, exemplificando o caso brasileiro com a Amazônia.

Tal ideia já era defendida por Ross (1983) ao enfatizar que muitos Estados nacionais utilizaram elementos do relevo para definição de suas fronteiras, como cadeias montanhosas, vales, rios e mares. Em unidades federativas intra nacionais como estados, províncias e municípios, muitas vezes essa lógica é mantida.

A reflexão sobre a relação entre poder e relevo deve ser feita com bastante cuidado para não nos remetermos ao Determinismo Geográfico. Embora possamos entender a importância da Geografia Tradicional alemã, influenciada pelo romantismo e pelo positivismo, cunhando na obra *Antropogeografia* de Friederich Ratzel, a sua institucionalização enquanto ciência se deu sob esse aspecto, mas o presente estudo pretende, justamente refletir sobre estratégias de ocupação territorial, e não, para validar o Espaço Vital como conceito, que foi rapidamente assimilado pelo poder e utilizado a legitimar o expansionismo alemão (MORAIS, 2003).

O Espaço Vital era a noção que incitava a existência de um tamanho mínimo para uma nação se desenvolver economicamente e politicamente, a partir da exploração de seus recursos naturais. Tal ideia tinha como suporte o Determinismo Geográfico, em que os povos resultavam das características naturais dos lugares em que habitavam (MOREIRA, 2017).

O próprio conceito de Território advém da raiz "terra" (em alemão *boden*), não permitindo dissociar as relações de poder ao solo (SOUZA, 2006). Mesmo com o Possibilismo Geográfico, emergente da escola francesa de Geografia, em que a natureza oferece possibilidades, não se retirou o espectro natural do território. Sun Tzu (2019) em *A Arte da Guerra*, indicava que para dominar o território inimigo era necessário conhecer seu campo de batalha.

A história de formação de territórios nacionais é riquíssima em exemplos da relação entre poder e relevo, em que vitórias, derrotas e resistências, se deram a partir do conhecimento ou desconhecimento das formas do terreno (TZU, 2019). O isolamento de povos pelas formas do relevo contribuiu para diferenciações culturais, de formas de ocupação, de geração de oligarquias, de relacionamento com outros povos, com o tamanho territorial, etc.

Mesmo em países em que os limites territoriais parecem ter sido feitos com uma régua no mapa, isso não acontece em todo o território (MOREIRA, 2010). Até em países que foram colônias na África e América, boa parte das fronteiras resultam de disputas locais em que o relevo foi uma variável importante a ser considerada.

Jorge (2011) já fazia uma ligação entre relevo e política urbana, quando tratando sobre desastres naturais, como pode ser observado no trecho:

é notório como a geomorfologia (ciência que estuda as formas do relevo) tem um papel nas políticas urbanas, porém, ela acaba sendo só acatada após a ocorrência de desastres, principalmente com a perda de vidas humanas. Não é raro verificar que muitos impactos repercutem nas políticas urbanas após os desastres que ocorreram no passado (JORGE, 2011, p. 135).

Nesse sentido, mais uma vez, a análise se faz não na intenção de afirmar que territórios, poderes e políticas são determinados pelo relevo, mas sim, não desassocia-los dos processos sociais. Isso é bem perceptível quando tratamos de bacias hidrográficas. No Brasil e em outras partes do mundo existem comitês de bacias hidrográficas, constituídos de conselhos consultivos e deliberativos autônomos às escalas de poder do pacto federativo, tendo por base os limites da bacia e definindo todo o uso dentro dela (BOTELHO e SILVA, 2010). Dessa forma, nas palavras de Moraes *et al.* (2018, p. 245):

também conhecidos como "Parlamento das águas". São órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, e podem ser constituídos de bacias de rios de domínio estadual ou federal. Em sua composição estão as representações da sociedade civil organizada, dos setores usuários da água e do poder público. As Agências de Bacias, ou Agências de Água, são entidades criadas para dar apoio administrativo, técnico e financeiro a esses comitês de bacias hidrográficas.

Algumas Unidades de Conservação também são definidas pelas formas do relevo para sua constituição, bem como sua delimitação, como é o caso do Parque Nacional da Tijuca, demarcado a partir da cota de 100 metros de altimetria no Maciço da Tijuca no Rio de Janeiro (MALTA e COSTA, 2009).

Mesmo não sendo consideradas como territórios, muitas regiões intra estaduais no Brasil são definidas pelas formas do relevo, que geram interações próprias das populações locais com os aspectos naturais, demandando do poder estatal diferentes formas de investimento e intervenção, exemplo: Região Serrana do Rio de Janeiro (MARAFON *et al.*, 2005).

Gomes (2006) defende a região como um meio e não como um produto, portanto os elementos naturais estão inclusos nessa perspectiva. Hartshorne (1939) já trazia à tona, quando a definia como a interação entre o visível e o oculto. Não é à toa que é um conceito também utilizado na Geologia (D'ARROCHELLA, 2010).

Na adoção da Região como objeto de estudo pelos geógrafos franceses, os elementos naturais eram presentes na diferenciação das áreas, e atentando ao fato de que as regiões serviriam à administração pública (GOMES, 1995), portanto, a gestão territorial.

Desde a emergência das questões ambientais durante os anos de 1970, não cabe mais estudar os processos geo-biofísicos desconectados das relações sociais e de produção (CAPRA, 2006), fazendo com que mudanças ocorressem também na Geografia de modo que o Geossistema (BERTRAND, 1972; SOCTHAVA, 1979) passa a ter destaque. Os estudos de Christofletti (1979; 1982; 1983; 1987; 1999) são belos exemplos de como pensar no arranjo espacial de fenômenos geográficos tratando elementos naturais e sociais de maneira integrada.

Esta pesquisa busca refletir sobre as relações entre sociedade e relevo na definição de territórios, mas tendo por base o Possibilismo Geográfico e a visão sistêmica, para que possamos construir conhecimentos que abarquem a complexidade dessa relação (MORIN, 2006).

Metodologia

Explicitando que este estudo é de natureza teórica, algumas análises serão feitas a partir de imagens de satélite pela plataforma *Google Maps*, mas a proposta não é criar mapas temáticos, tampouco adentrar em discussões cartográficas.

Para tal optou-se por seguir a linha metodológica baseada no GTP (Geossistema-Território – Paisagem) avaliando as condições ambientais e variáveis antrópicas em conjunto, incluindo questões subjetivas, como proposta de Costa *et al.* (2012). No entanto, não foi privilegiada a construção de nenhum modelo, já que a intenção é construir

uma linha argumentativa entre a imagem e o histórico de ocupação e formação dos territórios.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida de acordo com cada caso explicitado, na escala dos Estados nacionais e suas dadas fronteiras, que têm por base aspectos do relevo.

Resultados

Em se tratando de territórios surgidos pelo isolamento e diferenciação cultural, por conta de fronteiras naturais, existem inúmeros exemplos no mundo em diversos continentes.

Na Península Ibérica localiza-se a cadeia montanhosa dos Pirineus, e nela, encontra-se a república de Andorra (Figura 1), que de acordo com Juan (2005) tornou-se legitimamente um Estado por ter um povo próprio, de origem ibérica, com 2000 anos de história de ocupação, mas com elementos da cultura fenícia, grega e cartaginense, os Sedetanos.

Moral e Peláez (2006) afirmam que desde o período romano a área era de disputa entre franceses e espanhóis por causa da exploração de pedras preciosas em minas locais, tendo o direito de exploração pelos franceses, mediante pagamento de impostos ao governo local e parte à Espanha. Desse modo Andorra, enquanto república, nasce da disputa do povo local pela legitimidade de recolher tributos pela exploração de suas terras, não sendo Espanha e nem França, mas fazendo acordos com ambos.

Figura 1: Localização de Andorra.



Fonte: Adaptado de Burgueño (2002) e Google Maps².

Assim como Andorra, outros Estados nacionais pequenos e montanhosos se estabeleceram na Europa, com processos históricos próprios, nos quais há influência da posição no relevo. Isso é perceptível em Liechtenstein e San Marino. Essas duas repúblicas também se localizam em regiões montanhosas isoladas, sendo resquícios territoriais do sistema feudal.

Situação quase semelhante podemos encontrar na constituição da Etiópia (Figura 2) no continente africano. O país tem suas raízes históricas no reino de Salomão e a fusão com o Império do Mali (SILVA, 2016), tendo sua capital no alto do Planalto da Abissínia. Tal localização, junto às resistências locais e as negociações diplomáticas, permitiu ao império etíope resistir ao neocolonialismo dos séculos XIX e XX, sendo considerada a única nação autóctone da África.

De acordo Schneider (2010) em 1875 os britânicos já estavam desgastados com a luta pelo domínio do Canal de Suez e os egípcios foram derrotados pelo exército etíope, que mais tarde, resistiu em 1889, ao expansionismo da colônia italiana, sendo vitoriosos. No entanto, o império perdera quase toda sua saída para o litoral, pela formação da Somália e a islamização de Djibuti, para no final do século XX perder por completo seu litoral em outro território islamizado, a Eritreia (EMERECIANO, 2015).

Mesmo com uma nova investida italiana em 1934 contra os etíopes, que se consolidou em 1939, dominar o espinhoso e inóspito território montanhoso para depois administrá-lo gerou tantos custos, que somados com a derrota na Segunda Guerra Mundial, permitiu em 1947 a retomada territorial pelos etíopes (MARQUES, 2008).

A questão das características do relevo como fator de resistência e isolamento também é levantada por Branco (2015), quando se refere à permanência cristã em relação aos avanços do islamismo à volta da Etiópia. É perceptível no trecho:

A maior parte do território do reino da Etiópia estava inserida em área cuja altitude é superior a 1000 metros e este fator geográfico teve também um papel preponderante em todo o desenrolar da sua história, muito particular, mas ainda sujeita a muitas investidas por parte dos povos que rodeavam o seu território, os quais eram aderentes – e ainda o são- do credo muçulmano (BRANCO, 2015, p. 64).

2

<https://www.google.com.br/maps/place/Andorra/@42.5424329,0.4763216,225016m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x12a5f52e989ef095:0x7c93ed778ea7f92!8m2!3d42.506285!4d1.521801?hl=pt-BR>

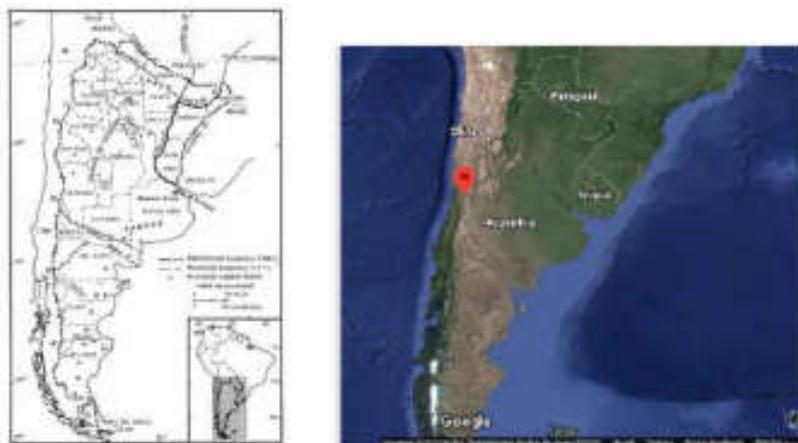
Figura 2: Localização da Etiópia.

Fonte: Adaptado de Pontes (2020) e Google Maps.

É necessário salientar que todos os autores citados, enfatizam que o poder bélico etíope era bastante inferior ao de seus adversários, utilizando-se de armas praticamente medievais. Mesmo com baterias aéreas na investida vitoriosa italiana sobre Adis Abeba (capital da Etiópia) de 1934, dominar de fato o território montanhoso do Planalto da Abíssinia não foi possível a nenhum outro povo. Atualmente as fronteiras da Etiópia são definidas pelos próprios limites do planalto.

Não se tratando de situações de guerra, mas o relevo se tornando uma barreira para ocupação, fazendo com que um mesmo colonizador tenha que fazer frentes diferentes de ocupação, temos o exemplo de Chile e Argentina (Figura 3) na América do Sul.

Mesmo ambos tendo sido colonizados pela Espanha, formaram-se povos e culturas diferentes, isolados pela Cordilheira do Andes. Em várias colônias espanholas, as fronteiras dos países atuais eram as das jurisdições, mas no caso Chile/Argentina, a própria jurisdição era separada pela cordilheira, o que gerou problemas justamente no extremo sul do continente (HEINSFIELD, 2019).

Figura 3: Fronteira Chile Argentina.

Fonte: Adaptado de Rock (1987) e Google Maps.

De acordo com Alves e Wachholtz (2018) a colônia espanhola mantinha administrações diferentes para o que hoje são Argentina e Chile, sendo o Virreinato del Rio de la Plata na Argentina e a Capitanial General de Chile, tendo a Cordilheira dos Andes como referência mais ou menos imprecisa de cada território. Isso gerou inúmeros conflitos nos séculos XIX e XX, só havendo a paz em 1970. Podemos supor que a cordilheira, de alguma forma, pode ter contribuído para o isolamento e geração de povos com identificações nacionais diferentes, inclusive em sua vertente voltada para o oceano Pacífico.

Entre 1880-1886 é que começaram a se definir de fato as fronteiras entre ambos os países. De um lado da cordilheira estava o Chile e do outro a Argentina. Ao sul, onde conhecemos como Patagônia, era uma área ocupada fortemente por povos originários, e mesmo sendo de interesse de ambos os países, a posição da Argentina à leste da cordilheira facilitou sua expansão para sul (SEIXLACK e POMPEU, 2017). As autoras indicam ainda que isso também influenciou de certa forma, no expansionismo do Chile para o norte, que junto ao interesse pelo nitrato (SQUEFF, 2016), gerou a Guerra do Pacífico.

Ambos os autores salientam a grande diferenciação cultural entre Chile e Argentina, e desses dois, com Bolívia e Peru, gerando disputas pelo estabelecimento de fronteiras no altiplano. No caso argentino e chileno com desconfiças concretas para acordos de paz e, em uma mágoa profunda, de bolivianos sobre chilenos.

Benedetti e Salizzi (2014) enfatizam que o interesse argentino por ocupar toda a área baixa a leste das cordilheiras para expansão de lavouras foi tamanho, que gerou

conflitos de delimitação territorial com Uruguai e principalmente com o Paraguai. Sua outra frente de interesse era ocupar a Patagônia a sul, entendendo que o território chileno seria a faixa continental voltada para o Pacífico. Os autores deixam isso evidente no trecho a seguir:

em 1881 Argentina y Chile firmaron el primer tratado de límites, por una serie de diferendos su demarcación se demoró algún tiempo. Ese tratado que estableció, por un lado, definitivamente la orientación atlántica de Argentina y pacífica de Chile, y por el otro, a la cordillera de los Andes como divisoria territorial, y convalidó la incorporación de la Patagonia oriental a Argentina— se realizó en un contexto en el que Chile se encontraba concentrando su esfuerzo bélico en el control de la zona de Atacama³ (BENEDETTI e SALIZZI, 2014, p. 126).

Ainda se tratando de fronteiras na América, as Montanhas Rochosas (América do Norte) resultantes dos dobramentos derivados do contato entre as placas Norte Americana e do Pacífico, formaram uma fronteira preponderante para a ocupação do norte do Canadá, com os limites entre a província de Yukon e o Alasca (inicialmente pertencente à Federação Russa e depois vendido aos Estados Unidos da América).

Os limites entre Yukon e o Alasca (Figura 4) são definidos por uma linha reta baseada na longitude 168°58'30" O, desde a compra pelos Estados Unidos em 1867 (VECCHIOLI, 2017), entretanto, antes disso, era uma área não ocupada pela colonização inglesa.

Figura 4: Fronteira Alasca e Yukon.



Fonte: Adaptado de Neufeld (2011) e Google Maps.

3 “em 1881, Argentina e Chile assinaram o primeiro tratado de fronteira; em uma série de disputas, sua demarcação foi adiada por algum tempo. Esse tratado - que estabeleceu definitivamente, por um lado, a orientação atlântica da Argentina e do Pacífico do Chile e, por outro, a cordilheira dos Andes como uma divisão territorial e validou a incorporação da Patagônia Oriental na Argentina - foi realizado em um contexto em que o Chile estava concentrando seu esforço de guerra no controle da área de Atacama”(Tradução livre).

Tal área, de acordo com Melatti (2016), resulta da resistência de povos esquimós perfeitamente adaptados aos ambientes árticos montanhosos e insulares, que os ingleses tiveram tanta dificuldade de ocupar. Ainda que tenha se formado o Canadá, ao norte ocorreram poucas ocupações, resultando não em províncias, mas sim em territórios de autonomia nacional limitada. Isso culminou em 1999 com a criação de Nunavut, como província semi-autônoma derivada da fragmentação dos Territórios do Norte e todas as ilhas do arquipélago de Baffin. O território de Yukon na divisa com o Alasca também só fora ocupado por volta do fim do século XIX pelas disputas marítimas para domínio do Ártico (VECCHIOLI, 2017).

O Alasca, nunca ocupado pelos ingleses ou espanhóis acabou sendo colonizado pelos russos a partir da criação da Companhia Russo-Americana em 1799, resultante do expansionismo do Czar Pedro I, expandindo o território russo para a Sibéria, Ilhas Aleutas e ao Alasca, para exploração pesqueira e comercial (SHEILIKINOV, 1971). A venda do Alasca se deu pelos custos de administração de um território tão longínquo e de relevo acidentado, que não teve uma ocupação russa superior a 40 mil habitantes (MARKOV, 1974).

Podemos perceber que indiretamente, o relevo das Montanhas Rochosas, somado ao clima polar e a resistência esquimó, dificultou a ocupação inglesa nos limites entre os atuais territórios do Yukon (Canadá) e o estado do Alasca (EUA). A ocupação russa se deu pelo litoral do Alasca a partir das ilhas Aleutas, também não se expandindo até o Yukon.

Santos (2008, p. 7) ao tratar da ocupação do oeste norte-americano, desde a Califórnia até o Alasca, enfatiza o papel das condições físicas do relevo e clima para entender a baixa ocupação populacional do domínio da Montanhas Rochosas nos Estados Unidos, como podemos ver no trecho:

O oeste distinguiu-se dos demais territórios estadunidenses por sua menor concentração populacional combinada com uma grande diversidade étnica. A região espalha-se em um conjunto de planícies, planaltos e montanhas, uma região árida e dotada de flora e fauna específica, climas extremos no verão e no inverno, ventos, período vegetativo curto, tempestades de areia, pragas de gafanhotos e outros obstáculos a uma colonização rápida e fácil. Além disso, a história de sua ocupação foi marcada pela violência que impregnava a vida cotidiana (SANTOS, 2008, p. 7).

Na Ásia quatro países são limitados pela Cordilheira do Himalaia em suas fronteiras: Índia, China, Nepal e Butão (Figura 5). Nesse caso, podemos mais uma vez, identificar o que ocorre em Andorra, tendo Nepal e Butão isolados no alto dos divisores

da cordilheira, enquanto Índia localiza-se a jusante da vertente sul e China a montante da vertente norte.

Figura 5: Fronteira entre Índia, Nepal, Butão e China.



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2015) e Google Maps.

Gomes (2013) ao estudar o papel de Butão na ordem geopolítica mundial, o classificou como Estado Tampão, pois apresenta posição geográfica que garante, que mesmo mais fraco militarmente ou economicamente, tenha sua autodeterminação e sua independência. Isso se deve à constituição de sua identidade nacional e sua posição no alto da cordilheira, que passa a ser um entrave para o comércio e transporte entre China e Índia.

O autor enfatiza a relação entre relevo e identidade nacional a partir do isolamento no trecho a seguir:

Praticamente inacessível, de tal forma se encontra crivado na vertente meridional do trecho oriental da cadeia dos Himalaias, estendendo-se entre o vale do Assam a Sul e a Sudeste e encontrando-se com o Tibete a Norte, o Butão encerra as suas tradições ancestrais numa existência isolada, à margem do grande panorama político. O país comporta uma área total de 46.500 quilômetros quadrados. O terreno é montanhoso e denso, coberto de neve e de glaciares a Norte. No centro, erguem-se altas montanhas e no Sul os picos dos Himalaias são caracterizados por montes e planícies subtropicais, sendo que o ponto mais alto, Kulha Gangri, atinge os 7.554 metros. Os rios que percorrem o país são numerosos, em grande parte navegáveis, fornecem água para irrigação, e geram energia hidroelétrica (GOMES, 2013, p. 45).

Em se tratando dos conflitos entre China e Índia da década de 1960, Ribeiro (2015) enfatizava que uma das vantagens dos chineses sobre os indianos era justamente o fato de estarem no planalto, dominando as montanhas. Podemos perceber no trecho:

Os chineses possuem vantagens nas armas leves (fuzis e metralhadoras), nas peças de artilharia (obuseiros e lançadores múltiplos de foguetes) e na mini-

artilharia portátil que acompanha a infantaria e a milícia primária, o coeficiente de atrito poderia ser bastante elevado, dado o grau de letalidade dos armamentos, o grau de informatização da guerra e o terreno montanhoso, propício a emboscadas e intempéries (RIBEIRO, 2015, p. 75).

Isso corrobora justamente com as ideias de Tzu (2019) sobre as características do terreno como variável a se levar em consideração em uma batalha. Nessa linha de raciocínio, Reyner (1965) ao estudar os conflitos pela demarcação de fronteiras no Himalaia, explicitava que, diferente das tensões da China com Índia, Butão, Paquistão e Burma, o Nepal era uma área inóspita coberta majoritariamente por gelo de terreno tão declivoso, que os chineses não viam interesse em ocupar ou reivindicar para si esse território. Nesse sentido poderíamos supor que o relevo garantiu aos nepaleses sua soberania frente ao domínio do Planalto do Tibete pelos chineses, ficando evidente quando afirma que "A China não tem queixas contra o Nepal no momento, tendo recebido uma escarpa do Monte Everest em 1960, quando umas 500 milhas de fronteiras foram demarcadas" (REYNER, 1965, p. 73).

O mesmo autor atribui ao relevo papel preponderante para o surgimento de uma identidade territorial própria no Himalaia quando afirma:

Contudo era o Himalia mais do que uma mera barreira. Ligava civilizações periféricas e funcionava como região geográfica com características próprias. Sua elevação e isolamento tendiam a fundir povos e culturas que vieram em diferentes épocas e de muitos lugares (REYNER, 1965, p. 70).

Assim sendo, podemos afirmar que de certo modo, os limites territoriais desses quatro países tendo por base a Cordilheira do Himalaia, não são meras coincidências e, que fronteiras naturais, eram percebidas e contribuíram para que cada nação tivesse o próprio entendimento de seus limites. Isso gerou resistências e disputas com aquelas, que por outros interesses, queriam as dominar.

Considerações Finais

Ficou evidente que em todos os casos, as características do relevo montanhoso, contribuíram para a formação de culturas e identidades próprias derivadas do isolamento.

É necessário salientar que os cinco casos estudados, correspondem a continentes diferentes, com processos históricos e políticos muito variados, tendo as montanhas como variável constante na análise por indicação dos próprios autores citados. Esses, de diferentes ramos científicos, nos casos citados, identificaram o relevo como definidor de

fronteiras naturais, não sendo apenas um elemento da paisagem utilizado como referência, mas sim uma variável espacial que contribuiu para a formação territorial.

Referências Bibliográficas

ALVES, V. C. e WACHHOLTZ, M. D. A. F. A força binacional Cruz del Sur e a evolução da confiança entre Argentina e Chile. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, V. 24, nº 1, p. 14 – 38, 2018.

BENEDETTI, A. e SALIZZI, E. Fronteras em la construcción del territorio argentino. Cuadernos de Geografía – **Revista Colombiana de Geografía**. Vol. 23, n.º 2, 2014. ISSN 0121-215X (impreso) · 2256-5442 (en línea).

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra do Instituto de Geografia da USP**, São Paulo, n. 13, 1972.

BOTELHO, R. G. M. e SILVA, A. S. Bacia Hidrográfica e Qualidade Ambiental. In: VITTE, A. C. e GUERRA, A. J. T. (Orgs.) **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. – 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANCO, A. M. V. Do Reino de Axum ao Reino da Etiópia (Século I d.c. ao Século XVII): a força e o isolamento do cristianismo na África do Norte e Nordeste. **Millenium**, 48 (2015). Pp. 63-74.

BURGUEÑO, J. El mapa escondido: las lenguas de España. **Boletín de la A.G. E.** N.º 34 - 2002, págs. 171-192.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. – São Paulo: Cultrix, 2006.

COSTA, J. J.; FONTES, A. L.; SOUZA, R. M. O GTP (Geossistema – Território – Paisagem) na Planície Costeira Sergipana, Brasil. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial, v. 1, N.4, p. 46 – 58, 2012.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. As perspectivas dos estudos geográficos. In (Christofoletti, A. Ed.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 11-36, 1982.

_____. Definição e o Objeto da Geografia. **Geografia**, 8 (15-16): 1 – 28, 1983.

_____. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. 1ª edição – São Paulo: Editora Blucher, 1999.

_____. Significância da teoria de sistemas em Geografia Física. **Boletim de Geografia Teórica**, 16-17 (31-34): 119-128, 1987.

D'ARROCHELLA, M. L. G. **Compartimentação Geomorfológica da Bacia do Piabanha, Petrópolis, RJ.** 81 f. Monografia (Especialização em Geologia do Quaternário) –Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

EMERENCIANO, C. V. **Soberania nos estados fracassados: o caso da Somália.** 87 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional). Universidade Católica de Santos, Santos, 2015.

FERRARI, M. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica.** ISSN 1981- 4801, UNIOESTE, v. 9, nº 10, 2014.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. A. (Orgs) **Geografia Conceitos e Temas – 8ª edição –** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, P. S. F. **O Botão na ordem mundial: do reconhecimento da sua identidade nacional à influência nas relações externas.** Tese (Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais). Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora – Portugal, 2013.

HARTSHORNE, R. **The Nature of geography: a critical survey of current though in the light of the past.** AAAG,1939.

HEINSFIELD, A. Argentina x Chile: fronteiras e corrida armamentista no Cone Sul no final do século XIX. **História Debates e Tendências.** Passo Fundo,V.19, N. 3, P. 531 - 548, 2019.

JORGE, M. C. O. Geomorfologia Urbana; conceitos, metodologias e teorias. In: GUERRA, A. J. T. (Org) **Geomorfologia Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

JUAN, F. J. G. Los Íberos em la comarca de Andorra – Sierra de Arcos. **Caja de Aborros de la acumulada,** Zaragoza, 2005.

LEAL, C. Fronteiras Florestais. **RCC Perspectives** , nº. 7, Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe (2013), pp. 51-58.

MALTA, R. R.; COSTA, N. M. C. Gestão do uso público em unidades de Conservação a visitação no Parque Nacional da Tijuca – RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo.** v. 2, n. 3, 2009, p. 273-294.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A.; SILVA, C. M. A.; SILVA, E. S. O.; LIMA, M. R. O. **Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro – uma contribuição geográfica.** Rio de Janeiro – RJ. Gramma, 2005.

MARKOV, S. N. **Iukonskii Voron.** Yaroslavl, 1974

MARQUES, A. K. **A questão ítalo-abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia em 1935, pela intelectualidade gaúcha.** 263 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MORAIS, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica.** 20ª edição – São Paulo: Anablume, 2003.

MORAIS, J. L. M; FADUL, E.; CERQUEIRA, L. S. Limites e desafios na gestão de recursos hídricos por Comitês de Bacias Hidrográficas: um estudo nos estados do Nordeste do Brasil. **REAd – Revista Eletrônica de Administração.** v. 24. n.1, 2018. p. 238-264.

MORAL, P. Z. e PELÁEZ, M. J. Historia del derecho de minas em al Rosellón, Andorra y Cataluña. **Revista de Estudios Histórico- Jurídicos.** ISSN Impreso: 0716-5455 Número XXVIII, 2006 Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile.

MOREIRA, R. **O que é Geografia.** 2ª edição. – Brasília: Editora Brasiliense, 2010.

_____. Da Região, à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **etc..., espaço, tempo e crítica.** Nº 1(3), VOL. 1, 2007, ISSN 1981-3732.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** Editora Sulina, 2006.

NEUFELD, D. Learning to drive the Yukon River: Western Cartography and Athapaskan Story Maps. Source: **RCC Perspectives** , N. 4, Big Country, Big Issues: Canada's Environment, Culture, and History (2011), pp. 16-43

PONTES, B. M. S. A guerra entre a Etiópia e a Eritreia. **Revista de Geopolítica.** V. 11, nº 2, p. 56 – 71, 2020.

RIBEIRO, E. H. **A rivalidade e a cooperação nas relações China e Índia: o contexto asiático e o caso de Mianmar.** 226 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REYNER, A. S. A questão da fronteira Sino-Indiana. **Portalseer** – UFBA, 1965 (Mímeo).

ROCK, D. **Argentina, 1516 – 1987: from spanish colonization to Alfonsín.** University of California Press, Los Angeles, 1987.

ROSS, J. L. S. Considerações a respeito da importância da Geomorfologia na questão dos limites territoriais. **Revista do Departamento de Geografia.** Periódicos USP, 1983.

SANTOS, E. P. A riqueza cultural e mitológica do oeste estadunidense. **Revista Literatura em Debate.** V. 2, n. 3, 2008.

SCHNEIDER, L. G. **O papel da guerra na construção dos Estados Modernos: o caso da Etiópia.** 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SEIXLACK, A. G. C. e POMPEU, A. C. G. Fronteiras em Perspectiva: um debate sobre os limites territoriais do sul da Argentina no século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, n.º 22, p. 86-117, 2017.

SHELIKHOV, G. I. **Rossiskogo kuptsa Grigoriia Shelikhova stranstviia iz Okhotskopo Vostochnomu okeanu k Amerikanskim be regam**. Khabarovsk, 1971.

SILVA, G. **A desconstrução do imaginário africano nas escolas: propostas de ferramentas pedagógicas para a aplicação da Lei 10.639/03 no ensino de geografia**. 63 f. Monografia (Especialização em Ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira). Instituto Federal do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

SOTCHAVA, V. B. O estudo dos geossistemas. **Métodos em Questão**. São Paulo, n. 6, 1977.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. A. (Orgs.) **Geografia Conceitos e Temas** – 8ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TZU, S. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SQUEFF, T. A. F. R. C. Por um olhar geopolítico às disputas territoriais na América Latina. **Caderndo de Relações Internacionais**, vol. 7, n.º 13, 2016.

VECCHIOLI, V. **As relações EUA- Rússia relevante à questão Ártica**. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Faculdade de Ciência Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.